

Fórum Administrativo – FA
Belo Horizonte, ano 14, n. 165, nov. 2014

Doutrina

Artigos

- A impossibilidade de cassação da aposentadoria de servidor público após a EC nº 20/98
  Adir Claudio Campos

- Possibilidades e limitações da Fazenda Pública na inscrição em dívida ativa de crédito não tributário
  Agélio Novaes de Miranda

- *Non bis in idem* e as sanções administrativa, improbidade e penal
  Denilson Marcondes Venâncio

- Projeto de Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União – Um aprofundamento da crise da Administração Pública federal brasileira (e da própria AGU)
  Elomar Lobato Bahia

- Teoria da perda de uma chance e a responsabilidade civil extracontratual do Estado
  Laurence Tedeski Costa Petters Sardagna, Luiza Alves Franco

- Prescrição da ação disciplinar
  Sebastião José Lessa

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- Cargo Comissionado e Período Gestacional
- Licença por luto e parentesco por afinidade

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- **Supremo Tribunal Federal**
  ADI – Lei estadual que estende a reestruturação de carreira inerente a determinada categoria deservidores públicos a outras categorias funcionais não abrangidas pelo projeto de lei original – Extensão de benefício pecuniário resultante de emenda de iniciativa parlamentar aprovada pela Assembléia Legislativa – Conseqüente aumento da despesa global prevista no projeto de lei – Incidência da restrição prevista no art. 63, I, da CF/88.
  Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.681/RJ

- **Superior Tribunal de Justiça**
  Ação civil pública de improbidade administrativa – Ex-prefeito do Município de Guaíra/PR – Utilização de servidores da Guarda Municipal para promover segurança e proteção pessoal e dos familiares do ex-chefe do Poder Executivo – Legislação local permissionária da conduta perpetrada pelo recorrente – Atipicidade da conduta, diante da inexistência de enriquecimento ilícito do agente, prejuízo ao Erário e de dolo específico, nesse sentido.
  Recurso Especial nº 1.408.999 – PR

- **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
  Constitucional e Administrativo – Servidor público – Pagamento alegadamente indevido – Erro da Administração – Desconto das parcelas em folha de pagamento – Art. 46 da Lei nº 8.112/90 – Ato unilateral da Administração – Impossibilidade – Necessidade de anuência prévia – Obrigatoriedade de observância do devido processo legal.
  Apelação/Reexame Necessário nº 2009.34.00.031202-0/DF

- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**
  Direito Constitucional e Administrativo – Incidente de inconstitucionalidade em mandado de segurança – Lei Estadual nº 3.477/2000 – Proibição de instalação de caixas postais comunitária no âmbito do Estado do Rio de Janeiro – Comunidades populares instaladas em morros ou locais de difícil acesso.
  Mandado de Segurança nº 2001.02.01.015550-8

- **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
  Direito Constitucional e Administrativo – Demissão de policial federal – Controle judiciário de legalidade – Infrações punidas com suspensão – Anulação do ato administrativo – Reintegração ao cargo – Pagamento de vencimentos.
  Apelação/Reexame Necessário nº 0000698-25.1997.4.03.6100/SP

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
  Administrativo – ECT – Reclassificação das agências dos Correios – Exercício de função de gerente – Salário – Redução – Empregado público.
  Apelação Cível nº 0000144-02.2009.404.7213/SC

- **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**
  Sindicância sigilosa – Denúncia anônima – Investigação preliminar – Quebra de sigilo bancário – Legalidade – Lei Complementar nº 105/2001 – Instauração de processo administrativo – Definição da investigação – Portaria.
  Apelação Cível nº 564213/PE

Ementário

- Administrativo
- Concurso Público
- Improbidade Administrativa
- Meio Ambiente
- Previdenciário
- Processo Administrativo Disciplinar
- Responsabilidade Civil
- Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- Administrativo
- Concurso Público
- Constitucional
- Meio Ambiente
- Servidor

Legislação Comentada

- Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 45)
  Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- Informativo de Legislação



Fórum Administrativo – FA
Belo Horizonte, ano 14, n. 166, dez. 2014

Doutrina

Artigos

- A impossibilidade de cassação da aposentadoria de servidor público após a EC nº 20/98
  Adir Claudio Campos

- Possibilidades e limitações da Fazenda Pública na inscrição em dívida ativa de crédito não tributário
  Agélio Novaes de Miranda

- *Non bis in idem* e as sanções administrativa, improbidade e penal
  Denilson Marcondes Venâncio

- Projeto de Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União – Um aprofundamento da crise da Administração Pública federal brasileira (e da própria AGU)
  Elomar Lobato Bahia

- Teoria da perda de uma chance e a responsabilidade civil extracontratual do Estado
  Laurence Tedeski Costa Petters Sardagna, Luiza Alves Franco

- Prescrição da ação disciplinar
  Sebastião José Lessa

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- Cargo Comissionado e Período Gestacional
- Licença por luto e parentesco por afinidade

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- **Supremo Tribunal Federal**
  ADI – Lei estadual que estende a reestruturação de carreira inerente a determinada categoria deservidores públicos a outras categorias funcionais não abrangidas pelo projeto de lei original – Extensão de benefício pecuniário resultante de emenda de iniciativa parlamentar aprovada pela Assembléia Legislativa – Conseqüente aumento da despesa global prevista no projeto de lei – Incidência da restrição prevista no art. 63, I, da CF/88.
  Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.681/RJ

- **Superior Tribunal de Justiça**
  Ação civil pública de improbidade administrativa – Ex-prefeito do Município de Guaíra/PR – Utilização de servidores da Guarda Municipal para promover segurança e proteção pessoal e dos familiares do ex-chefe do Poder Executivo – Legislação local permissionária da conduta perpetrada pelo recorrente – Atipicidade da conduta, diante da inexistência de enriquecimento ilícito do agente, prejuízo ao Erário e de dolo específico, nesse sentido.
  Recurso Especial nº 1.408.999 – PR

- **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
  Constitucional e Administrativo – Servidor público – Pagamento alegadamente indevido – Erro da Administração – Desconto das parcelas em folha de pagamento – Art. 46 da Lei nº 8.112/90 – Ato unilateral da Administração – Impossibilidade – Necessidade de anuência prévia – Obrigatoriedade de observância do devido processo legal.
  Apelação/Reexame Necessário nº 2009.34.00.031202-0/DF

- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**
  Direito Constitucional e Administrativo – Incidente de inconstitucionalidade em mandado de segurança – Lei Estadual nº 3.477/2000 – Proibição de instalação de caixas postais comunitária no âmbito do Estado do Rio de Janeiro – Comunidades populares instaladas em morros ou locais de difícil acesso.
  Mandado de Segurança nº 2001.02.01.015550-8

- **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
  Direito Constitucional e Administrativo – Demissão de policial federal – Controle judiciário de legalidade – Infrações punidas com suspensão – Anulação do ato administrativo – Reintegração ao cargo – Pagamento de vencimentos.
  Apelação/Reexame Necessário nº 0000698-25.1997.4.03.6100/SP

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
  Administrativo – ECT – Reclassificação das agências dos Correios – Exercício de função de gerente – Salário – Redução – Empregado público.
  Apelação Cível nº 0000144-02.2009.404.7213/SC

- **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**
  Sindicância sigilosa – Denúncia anônima – Investigação preliminar – Quebra de sigilo bancário – Legalidade – Lei Complementar nº 105/2001 – Instauração de processo administrativo – Definição da investigação – Portaria.
  Apelação Cível nº 564213/PE

Ementário

- Administrativo
- Concurso Público
- Improbidade Administrativa
- Meio Ambiente
- Previdenciário
- Processo Administrativo Disciplinar
- Responsabilidade Civil
- Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- Administrativo
- Concurso Público
- Constitucional
- Meio Ambiente
- Servidor

Legislação Comentada

- Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 45)
  Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- Informativo de Legislação